

22 NOV 1993

Contrição Democrática

CPI- Orçamento

JORNAL DO BRASIL

Além dos escândalos que abalam a reputação de políticos, a CPI do Orçamento tem um lado altamente positivo: servir para depurar da vida pública os maus políticos, à medida que cresce a indignação popular contra o desvio de verbas, e para dar consciência à sociedade da importância do Orçamento.

Em todas as sociedades democráticas, o Orçamento é a mais importante peça política, através da qual os governos mostram o que esperam arrecadar em impostos e do que pretendem fazer com o dinheiro. Por isso, os deputados examinam o Orçamento como representantes escolhidos pelo povo: aprovam-no e fiscalizam diligentemente o seu cumprimento ao longo do exercício fiscal.

Nos regimes parlamentaristas, a discussão sobre o Orçamento pode derrubar governos a partir do voto de desconfiança do Congresso, pelo descumprimento do Orçamento. A marcação implacável da oposição sobre os gastos do governo tem como motivo básico a necessidade de evitar a inflação — que resulta do excesso de gastos em relação à receita — ou a criação de novos impostos.

No Brasil, a falta de hábitos democráticos em relação ao Orçamento fiscal explica boa parte das recentes distorções. O longo interregno do autoritarismo retirou a prerrogativa do Congresso para decidir sobre matérias financeiras e fiscais durante mais de duas décadas. Com a existência de orçamentos paralelos que superavam de muito o Orçamento da União, que é o orçamento fiscal própria-

mente dito, ficava difícil a fiscalização sobre o excesso de gastos. E o Congresso também não tinha condições para barrar a criação de impostos e de taxas diversas.

A recuperação das prerrogativas, na Constituição de 1988, não devolveu o Congresso à função clássica em matéria de Orçamento: o uso do cachimbo nos tempos do autoritarismo deixou torta a boca dos governantes e políticos. Boa parte dos políticos acusados de manipular o Orçamento da União para extrair subvenções e intermediar emendas de última hora para obras superfaturadas, tinha experiência no assunto antes de 88.

A vantagem da indignação dos contribuintes diante da malversação dos recursos que recolhem aos cofres federais, estaduais e municipais é que, a partir de agora, o Orçamento passará a ser visto sob outra ótica. Os políticos terão de ser mais atentos à fiscalização dos gastos do Executivo. O Executivo — em todas as instâncias — terá de ser mais eficiente, parcimonioso e ético no gasto público. E o eleitor deverá saber distinguir o bom do mau político na hora de votar, preferindo quem saiba dar mais valor aos impostos que paga, tanto na hora de propor emendas ao Orçamento como na hora de vigiar gastos.

As sociedades estabilizadas fazem do Orçamento uma peça de contrição democrática. Se o Brasil romper com os velhos costumes e enveredar por esse caminho, o festival de escândalos não terá sido em vão.